



Jovens Urbanos

**SISTEMATIZAÇÃO DE
UMA METODOLOGIA**

Coordenação Técnica:



Iniciativa:





Jovens Urbanos

SISTEMATIZAÇÃO DE UMA METODOLOGIA

Coordenação Técnica:



Iniciativa:



INICIATIVA

Fundação Itaú Social

Vice-presidente

Antonio Jacinto Matias

Superintendente

Ana Beatriz Patrício

Coordenação do Programa

Isabel Cristina Santana
Camila Feldberg Macedo Pinto

Coordenação Técnica

Centro de Estudos e Pesquisas em Educação,
Cultura e Ação Comunitária – Cenpec

Presidência

Maria Alice Setubal

Coordenação

Maria do Carmo Brant de Carvalho

Coordenadora da Área Educação e Comunidade

Maria Júlia Azevedo Gouveia

CRÉDITOS DA PUBLICAÇÃO

Coordenação

Wagner Antonio Santos

Autoria

Aline Andrade
Cley Scholz
Maria do Carmo Brant de Carvalho
Maria Julia Azevedo Gouveia

Edição

Cley Scholz
Maria Julia Azevedo Gouveia

Leitura crítica

Camila Feldberg Macedo Pinto
Helena Faro Corrêa
Isabel Cristina Santana
Jordi Novas Fernández
Maria Brant
Wagner Antonio Santos

Preparação e revisão de textos

Aline Andrade
Carlos Eduardo Silveira Matos

Projeto gráfico e diagramação

Fonte Design

Ilustrações

Fonte Design
Estúdio Cachola
Carolina Caramuru

Fotos

Acervo Programa Jovens Urbanos - Cenpec
Gilberto Tomé

The image features a vibrant, stylized illustration of a town or neighborhood. The scene is composed of various houses and trees, rendered in a flat, graphic style. The colors used for the buildings and trees are diverse, including shades of orange, yellow, green, blue, purple, and red. The entire illustration is overlaid with a vertical rainbow gradient that transitions from red on the left to purple on the right. In the center of the image, the text "jovens Urbanos" is written in a clean, white, sans-serif font. The word "jovens" is lowercase, while "Urbanos" is uppercase. The text is positioned over the middle section of the town illustration.

jovens Urbanos



APRESENTAÇÃO

A juventude é sempre um momento de invenção de jeitos de viver. A Fundação Itaú Social tem o compromisso de reconhecer as culturas juvenis produzidas essencialmente no presente. Com a finalidade de afirmar esse compromisso define a juventude como uma de suas prioridades de ação.

Para enfrentar o desafio de desenhar um programa para jovens a Fundação Itaú Social estabeleceu uma parceria técnica com o Cenpec, que resultou na implementação do Programa Jovens Urbanos.

Com esta publicação buscamos compartilhar uma metodologia de trabalho social com jovens construída a partir da ação realizada nas periferias de São Paulo e Rio de Janeiro.

As referências teóricas e justificativas da experiência são aqui relatadas como proposta aberta a todas as instituições envolvidas ou interessadas em participar de programas para jovens urbanos brasileiros em situação socialmente vulnerável.


Com isso pretendemos contribuir para a afirmação e avanço de políticas públicas para a juventude, com a certeza de que investir em educação é a melhor forma de melhorar a perspectiva de vida e assegurar o futuro do jovem e da humanidade.

Antonio Matias


Maria Alice Setubal




PROGRAMA JOVENS URBANOS




Formação de jovens de 16 a 21 anos das periferias das metrópoles brasileiras.



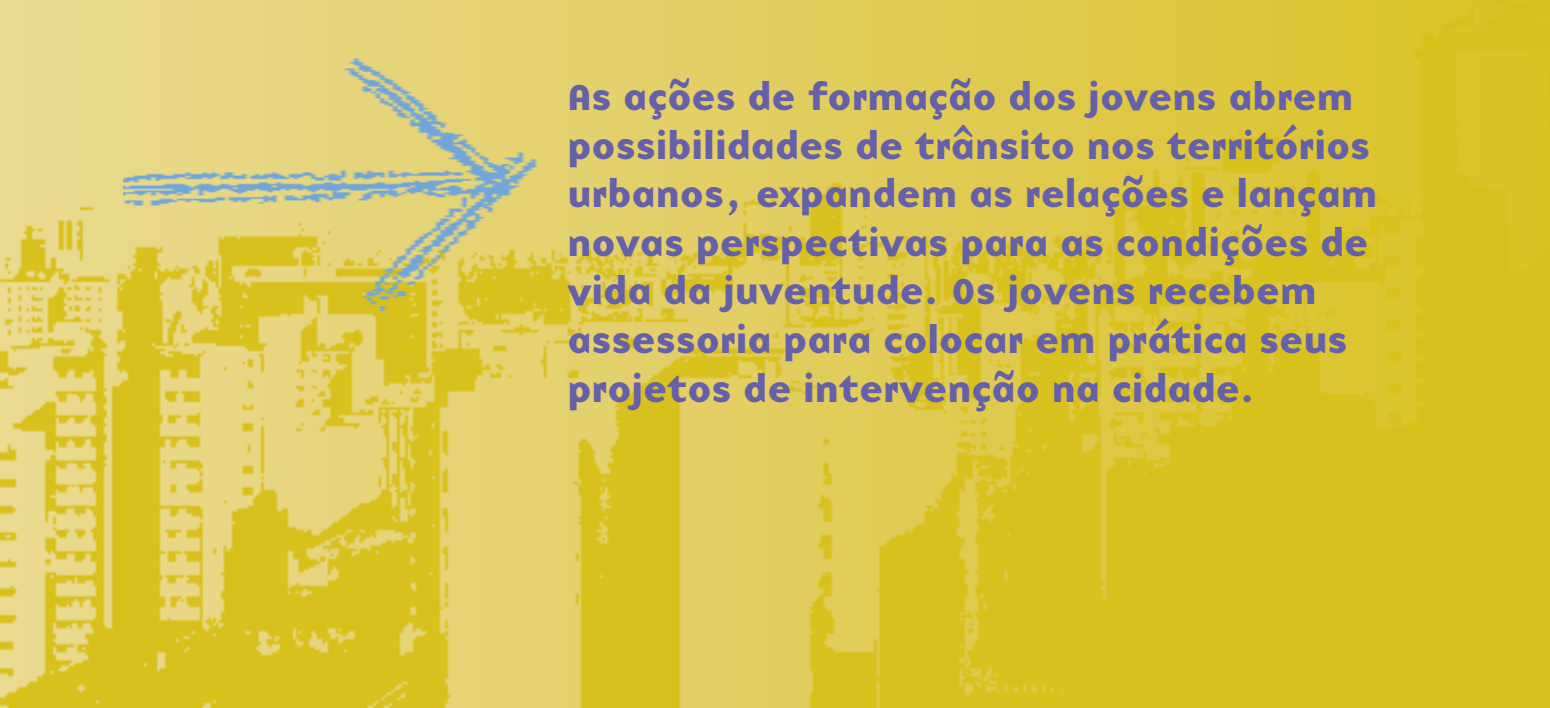
O Programa Jovens Urbanos se apresenta como proposta ao amplo desafio contemporâneo de trabalho social com juventude nas regiões metropolitanas.



Trata-se de um programa-rede que enlaça a vida na cidade, a escolaridade, a cultura e a tecnologia por meio de pesquisa, exploração, experimentação, circulação e produção.



As ações de formação dos jovens abrem possibilidades de trânsito nos territórios urbanos, expandem as relações e lançam novas perspectivas para as condições de vida da juventude. Os jovens recebem assessoria para colocar em prática seus projetos de intervenção na cidade.



Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)
(Câmara Brasileira do Livro, SP, Brasil)

Jovens urbanos – sistematização de uma metodologia /
coordenação Wagner Antonio Santos. – São Paulo:
CENPEC, 2008.

Vários autores.

Aline Andrade, Cley Scholz, Maria do Carmo Brant
de Carvalho, Maria Julia Azevedo Gouveia

1 CD ROM

Iniciativa: Fundação Itaú

ISBN 978-85-85786-78-5

1. Metodologia de programas de ação social
2. Educação de Jovens
3. Santos, Wagner Antonio

08-10439

CDD – 361.32

Índices para catálogo sistemático:

1. Metodologia de programas de ação social : Educação de Jovens : Problemas sociais 361.32
2. Metodologia de programas de ação social : Projeto Social : Problemas sociais 361.32

SUMÁRIO

- As circunstâncias de vida das juventudes urbanas¹⁰
- Crenças e valores do Programa Jovens Urbanos¹⁴
- A proposta do Programa Jovens Urbanos²⁰
- Passo a passo implementação Programa Jovens Urbanos²⁹
 - Ações preparatórias³²
 - Execução do Programa⁴²
 - Acompanhamento dos projetos de intervenção⁷⁰
 - Monitoramento⁷⁴
- Referências bibliográficas⁷⁹



AS CIRCUNSTÂNCIAS DE VIDA DAS JUVENTUDES URBANAS

No intenso movimento de **urbanização** mundial, grande parte da população atual tem como habitat as cidades – entre essa população encontram-se os grupos juvenis.

De um modo geral, o movimento de urbanização reorganiza a espacialidade das grandes metrópoles, fazendo com que a noção de centro-periferia ceda lugar à multiplicação de zonas de comércio, residenciais, informacionais, tecnológicas, culturais, industriais, de serviços etc., exigindo a criação de novas estratégias de circulação e de acesso das populações ao complexo citadino.

No Brasil observamos não só a concentração de juventudes vivendo e organizando suas vidas nas cidades, como também um período histórico inédito de ascensão demográfica da população juvenil em relação a outros grupos etários.

A juventude, no conceito moderno, não é apenas uma faixa etária e nem expressão subjetiva de um estilo de vida. Ela está compreendida numa larga fase de vida em que as pessoas estão em processo de formação e busca de perspectivas de estabilidade e autonomia para o futuro. É a fase de mais energia e potencial. Em uma situação de transição para a vida adulta, o jovem do século XXI se depara com uma realidade onde há poucas oportunidades de escolha.

Por representarem um grupo majoritário na pirâmide etária brasileira a juventude é alvo na atualidade de políticas de identidade acionadas por várias forças sociais (mídias, mercados de produtos, mercados culturais etc.).

- Os jovens entre 15 e 24 anos somam 34 milhões, o que representa um quinto da população brasileira (IBGE, 2006).

O acesso aos fluxos informacionais entre os jovens brasileiros dá-se, sobremaneira, pela via da televisão, sendo que a maioria vê-se isolada de outras redes de comunicação. Pela via da televisão as informações acessadas pelos jovens adquirem o caráter de *indiferenciadas*. A *indiferenciação* das informações sobrevém da fragmentação, condensação e velocidade com que, no geral, as informações são veiculadas no formato televisivo.

Em relação à capacidade de ingresso dos jovens em outras formas de sociabilidade e relações em ação no ambiente urbano, as possibilidades para as juventudes pobres vêm-se bastante diminuídas, por não terem acesso a serviços públicos e a recursos materiais e simbólicos que *sustentem* o deslocamento a diferentes lugares da cidade.

Sem dúvida, as desigualdades socioeconômicas persistentes na sociedade brasileira justificam em grande parte as restrições de mobilização de jovens. Mas não só! Se levarmos em consideração o recorte de gênero, verificamos um outro campo de restrições, agora ligado especificamente à condição feminina. Por esse critério, jovens mulheres teriam mobilidades muito mais constrangidas do que jovens do sexo masculino.

A inexistência de serviços públicos de qualidade, particularmente de transportes coletivos eficientes e de locais públicos livres para circulação (em lugares não muito distantes de seus bairros) é um exemplo de força atuante na restrição dos deslocamentos juvenis. No entanto, práticas segregacionistas que agem na maioria das metrópoles mostram-se como a força mais brutal no confinamento das juventudes pobres, moradoras de bairros *ligados* socialmente a contextos de violência. Os efeitos imediatos da segregação podem ser

Espaços interditados são espaços planejados para interceptar, repelir ou filtrar os usuários potenciais. Explicitamente o propósito dos espaços interditados é dividir, segregar e excluir – e não construir pontes, passagens acessíveis e locais de encontro, facilitar a comunicação ou, de alguma outra forma, aproximar os habitantes da cidade.

(Bauman, 2004, p. 130)



percebidos no fato de jovens *assimilados ao perfil "morador de bairro violento"*, serem reiteradamente preteridos quando pleiteiam ingresso em instituições de trabalho, além de serem alvo, em outras instituições, de discriminação, desconfiança e temor ao revelarem seus locais de residência.

Recaem sobre os jovens, especialmente os pobres e negros, os preconceitos mais perversos: violentos, desordeiros, indolentes, desqualificados, drogados, entre outros. Afirmam-se e reproduzem-se com tudo isso identidades negativas, corroboradas por estatísticas sobre desemprego, gravidez precoce, evasão ou baixo desempenho escolar, criminalidade, uso e tráfico de drogas, causa de óbitos, entre outras que afetam em maior proporção os jovens.

Neste contexto, fato importante que ocorreu recentemente (2005) é o reconhecimento pelo Estado brasileiro da Juventude como grupo social merecedor de investimento e como problemática, alcançando dessa forma a condição de objeto de políticas públicas específicas. A criação da Secretaria Nacional da Juventude¹, pelo governo federal, é um demonstrativo desse reconhecimento.

Verifica-se, com tudo isso, pouco acúmulo de conhecimentos e experiências de intervenção social no campo das juventudes que reconheçam, por um lado, a complexidade das demandas atuais dos jovens e, por outro lado, o seu potencial protagonista, na construção de suas histórias de vida e na vida social dos territórios aos quais estão vinculados a partir da expressão e afirmação de modos de vida mais criativos e do que consideram bom para si, para seus grupos de pertença e para os territórios que habitam.

Cabe, portanto, compreender a juventude como ponto de intersecção de dois eixos:

- a. como momento bastante significativo na história de vida pessoal;
- b. como agente cultural e social que pode interferir na história dos territórios em que vive ou viverá.

1 A Política Nacional de Juventude foi instituída por Medida Provisória n.º 238 assinada pelo Presidente da República em 1º de fevereiro de 2005, já aprovada pelo Congresso Nacional e transformada em Lei. No mesmo ato, o Presidente criou o Conselho Nacional de Juventude e a Secretaria Nacional de Juventude, vinculados à estrutura da Secretaria-Geral da Presidência da República.



O DESAFIO DE MELHORAR A EDUCAÇÃO

A preocupação com o jovem brasileiro de hoje vem da encruzilhada em que ele se encontra: de um lado a escola não o atrai, e de outro o mercado de trabalho o rejeita. A conjugação de escolaridade baixa e desemprego elevado é uma equação difícil de ser resolvida, já que o complexo mercado de trabalho do mundo globalizado busca profissionais cada vez mais qualificados.

Dados referentes à escolaridade dos jovens sinalizam para um grave déficit:

- Dos 34 milhões de jovens brasileiros, apenas 16,2 milhões encontram-se nos bancos escolares, o que corresponde a menos da metade do total desse grupo etário.
- A maior parte dos jovens que não concluíram o ensino fundamental está nas cidades, onde o acesso à escola deveria ser mais fácil. São 6,4 milhões de jovens urbanos nessa situação. Os outros 2,6 milhões estão em zona rural. Na outra ponta, apenas 12,4% dos jovens de 18 a 24 anos – cerca de 4,5 milhões – cursam ensino superior, nível de escolaridade em que deveriam estar.

- Aproximadamente 7 milhões de brasileiros entre 18 e 24 anos não estudam nem trabalham, segundo a Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios – PNAD. São jovens que têm dificuldade de encontrar emprego porque não têm escolaridade mínima, mas também não estudam mais porque a idade os empurra para o mercado de trabalho. O total de jovens com baixa escolaridade é de 12,2 milhões - 47,9% da população nessa faixa etária.
- A taxa de matrícula no ensino médio dos jovens entre 15 e 17 anos é de apenas 48,2%. Isso significa que 51,8% estão fora da escola ou atrasados, ainda cursando o ensino fundamental, ou seja, uma parcela significativa, embora estudando, enfrenta o drama da defasagem escolar (IBGE/PNAD, 2006).

Entre as populações que sobrevivem em condições socialmente vulneráveis, os jovens são mais suscetíveis a situações de risco do que a média da população. A elevada taxa de desemprego entre os jovens no Brasil, bem como o grau acentuado de violência, agressões e óbitos, são características da gravidade da situação desses brasileiros.

Atualmente o País tem 24,2 milhões de jovens com idade entre 18 e 24 anos (IBGE – 2006). Os números referentes ao desemprego nessa faixa etária são estarecedores: 46,6% dos desempregados brasileiros são jovens, segundo dados do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada – Ipea. A proporção é 3,5 vezes maior que a observada entre os adultos, e os dados mostram que a tendência se agrava com o tempo: em 1995, a proporção não chegava a três vezes, segundo o Ipea.

O problema do desemprego entre os jovens é uma preocupação atual em vários países do mundo, mesmo entre os mais desenvolvidos, mas a taxa brasileira de 46,6% está muito acima da média. Ela supera a do México (40,4%), Argentina (39,6%), Reino Unido (38,6), Suécia (33,3%), Estados Unidos (33,2%), Itália (25,9%), Espanha (25,6%), França (22,1%) e Alemanha (16,3%). No mundo inteiro a preocupação desperta a atenção, motivando iniciativas como os “Objetivos de Desenvolvimento do Milênio”, que levaram a Organização Internacional do Trabalho – OIT a lançar a Rede de Empregos para Jovens.

O cenário torna-se perverso: cada vez mais, aqueles que não avançam na formação escolar ficam para trás na corrida pelo emprego. A ineficácia dos programas oficiais de formação ou de incentivo ao ingresso do jovem no mercado de trabalho agrava o problema. Não há mostras de resultados animadores nas alternativas buscadas nesses últimos anos pelo governo nas políticas de formação profissional, incentivo a contratações e soluções normativas.

Este quadro demanda que a relação entre juventude, trabalho e educação seja acompanhada e investigada com atenção. É necessário reconhecer a complexidade de tal relação frente os desafios e problemáticas das juventudes contemporâneas. Em um dos estudos realizados sobre o tema, a pesquisadora Mary Garcia Castro (2003) observa:

“A busca por trabalho é prioritária para os jovens pobres, e, em algumas entrevistas com jovens que estudam e não trabalham percebe-se que, se aparecer uma oportunidade de trabalho, o estudo é abandonado mesmo que seja um trabalho de ganhos imediatos, sem perspectiva de longo prazo”.

Em tais condições, os programas tradicionais de qualificação profissional encontram sérias limitações. Nesse contexto o modelo de intervenção convencional tem um efeito de retardar o problema, ao retirar temporariamente o jovem da condição de quem procura e não encontra trabalho.

Deparamos assim com um quadro em que a educação formal, formação profissional e programas de capacitação e inserção no trabalho configuram circuitos desarticulados que não complementam suas funções e recursos, não configurando um sistema.

Coloca-se o desafio de desenhar uma estratégia que permita configurar circuitos formativos inclusivos e com maior flexibilidade, projetando sistemas educativos de qualidade.



CRENÇAS E VALORES DO PROGRAMA JOVENS URBANOS

OS JOVENS COMPÕEM DIVERSOS GRUPOS – JUVENTUDES

Grupos caracterizados por suas condições de vida, seus interesses e escolhas.

Os modos de **experimentar** condições e estados de juventude não são vividos da mesma forma pelos grupos juvenis. Nessa perspectiva, os modos de experimentar a condição de juventude e seus estados não se reduzem a um referente estrutural geral, mas estão implicados com planos culturais dinâmicos e capilares.

Assume-se com essa crença a diferença como valor positivo para o programa. Isso posto, mesmo que as populações jovens sejam incluídas nas categorias de pobres, excluídos, vulneráveis etc, essa categorização não pressupõe uma homogeneização. Sabemos que os jovens que vivem em determinadas condições, que pertencem a determinados grupos (religiosos, políticos, artísticos) desenvolvem aspirações, valores, condutas e comportamentos singulares. Assim é em toda cidade, em toda comunidade e em todo grupo social.

Mas, também é sabido que a juventude das metrópoles que vive em situação de risco e vulnerabilidade social demandam políticas públicas focalizadas, específicas. Contudo, não se pode deixar de considerar que a problemática da juventude é resultado de uma problemática de cidade contemporânea. Portanto, qualquer programa social dirigido à juventude das metrópoles não pode prescindir de olhar para os problemas sociais, políticos, econômicos, enfim para a desigualdade social que atinge as populações das cidades de modo geral.

REDE DE AÇÕES ARTICULADAS ENTRE VÁRIOS ATORES SOCIAIS

Atores sociais: órgãos públicos, instituições e organizações da sociedade civil, empresas públicas, empresas privadas, de economia mista, comunidades locais entre outros envolvidos com as problemáticas da juventude.

Quais crenças e valores justificam o investimento em que esses atores – institucionalizados ou não – que fazem parte de contextos sociais tão distintos, com papéis na dinâmica produtiva da cidade tão variados trabalhem juntos, realizem ações conjugadas, atuem em rede?

Quais crenças e valores sustentam a criação de processos de gestão compartilhada, de instrumentos e procedimentos eficazes para democratizar informações, para dar transparência às ações políticas, técnicas, financeiras do programa?

A crença que sustenta essa aposta é a de que a complexidade do contexto e das demandas juvenis exige a conjugação de saberes e pontos de vista diversos para ampliar o campo de possíveis aos jovens urbanos.

Os valores que se alinham a tal crença, permitindo composições, são a certeza da incompletude de qualquer ação e, portanto a firmeza em compartilhar interesses compondo ações mais legítimas e efetivas. Dessa forma, um programa voltado à juventude exige uma lógica de ação em rede. A realização de ações conjugadas e em rede confere legitimidade, dá suporte técnico e político e agrega capital social¹ às instituições e atores envolvidos.

A lógica de ação em rede, entendida aqui em todas as suas variações, valoriza o programa ao conferir sustentabilidade técnica e legitimidade política.

O complexo urbano, no qual habitam e interagem diferentes segmentos e atores que dinamizam a cidade

1 Um dos conceitos de capital social, que encontramos nos sociólogos R. Burt, N. Lin e A. Portes, refere-se aos recursos – como, por exemplo, informações, idéias, apoios – que os indivíduos são capazes de procurar em virtude de suas relações com outras pessoas. Esses recursos ('capital') são 'sociais' na medida em que são acessíveis somente dentro e por meio dessas relações, contrariamente ao capital físico (ferramentas, tecnologia) e humano (educação, habilidades), por exemplo, que são, essencialmente, propriedades dos indivíduos. A estrutura de uma determinada rede – quem se relaciona com quem, com que frequência, e em que termos – tem, assim, um papel fundamental no fluxo de recursos através daquela rede. Grootaert & Woolcock (1997, p.25) in COSTA, Rogério, 2005, p.235-48, mar/ago.



com seus conhecimentos e práticas é uma riqueza a ser considerada, explorada, agenciada por programas sociais que tomam a juventude urbana e o complexo citadino como referências principais.

Ao fomentar esse modelo de relação, de parceria, que pressupõe divisão de responsabilidades, abertura às negociações e ao trabalho conjunto, plasticidade para mudanças, inovações e adequações – ao mesmo tempo em que preserva seus fundamentos, o programa afirma seu compromisso ético-político com as cidades e com os jovens.

Assim, ao privilegiar processos realizados em parceria, em co-gestão, o Programa Jovens Urbanos difunde e democratiza conhecimentos e práticas imprescindíveis para que os indivíduos e os grupos possam aprender a criar suas próprias redes, suas próprias parcerias. Não podemos dar as costas à atual interconexão generalizada entre pessoas, grupos e instituições, fator determinante na dinâmica da sociedade atual. A criação de arranjos institucionais, de parcerias, de redes sociais cada vez mais densas e estruturadas pode potencializar/ fortalecer iniciativas públicas que buscam responder aos complexos desafios das metrópoles e ajudar a resolver os graves problemas sociais que atingem a todos que vivem nas grandes cidades.

PERTENCIMENTO AO MUNDO PÚBLICO E COMPROMISSO COM O BEM COLETIVO

Compreender a formação de jovens como meio para fortalecer o sentido de pertencimento ao mundo público e o compromisso com o bem coletivo é abrir a formação das juventudes para questões e problemáticas do contexto histórico presente e para o envolvimento direto de jovens com problemáticas das regiões onde moram, de modo que questões individuais sejam implicadas com a vida urbana.

Essa crença tem a ver com cidadania, uma certa condição política, de sujeito político, que pressupõe direitos e também deveres e responsabilidades.

Nessa perspectiva a ação com jovens abandonaria finalidades e objetivos concentrados em um “ideal remoto de futuro e sujeito” para aspirar produções sociais e transformações subjetivas de jovens no tempo presente de suas vidas. Sintonzar o contexto histórico presente e instalar-se em questões prementes da atualidade são apostas na revitalização da sociedade civil, propiciando que os jovens possam, como integrantes do campo social, ver ampliadas suas possibilidades de formular questões significativas, propor ações relevantes e contribuir para o bem comum.

DIREITO À EDUCAÇÃO PÚBLICA DE QUALIDADE

Compõe esta perspectiva afirmar o direito de todos e particularmente dos jovens a uma educação pública de qualidade, contemplando em sua lógica de intervenção a busca por soluções viáveis e consistentes que garantam o acesso ou a reinserção, a permanência e o sucesso de aprendizagem dos jovens como uma conquista individual e coletiva, quando consideramos as situações de vulnerabilidade social.

O DIREITO DOS JOVENS À CIDADE

Um programa social voltado às juventudes urbanas deve investir na inserção dos jovens nos múltiplos espaços e equipamentos que compõem a vida das metrópoles. Práticas de circulação na cidade promovem a expansão de relações juvenis e concretizam o usufruto de direitos de bens simbólicos e materiais que as cidades oferecem.

Mais do que uma ação de viabilidade de circulação, vê-se neste trânsito o reconhecimento e exercício de um direito: o direito à cidade. As juventudes dos grandes centros urbanos do país têm sido cada vez mais segregadas espacialmente, provocando uma crescente produção de guetos nas periferias das grandes cidades, quebrando a lógica republicana do espaço urbano, reconhecidamente fator de violência, perda da noção de pertencimento e de possibilidades de composições ricas em diversidade.

A questão da mobilidade física é aspecto de grande relevância no direito à cidade. A idéia de circulação-deslocamento está irredutivelmente ligada à função das cidades e à expressão de suas potências. Ao sairmos das redondezas familiares damos início a uma jornada de encontros com estranhos, às misturas que se fazem no trânsito caracteristicamente urbano. Desse modo, a cidade interpela continuamente seus transeuntes, suas populações, particularmente, suas juventudes.

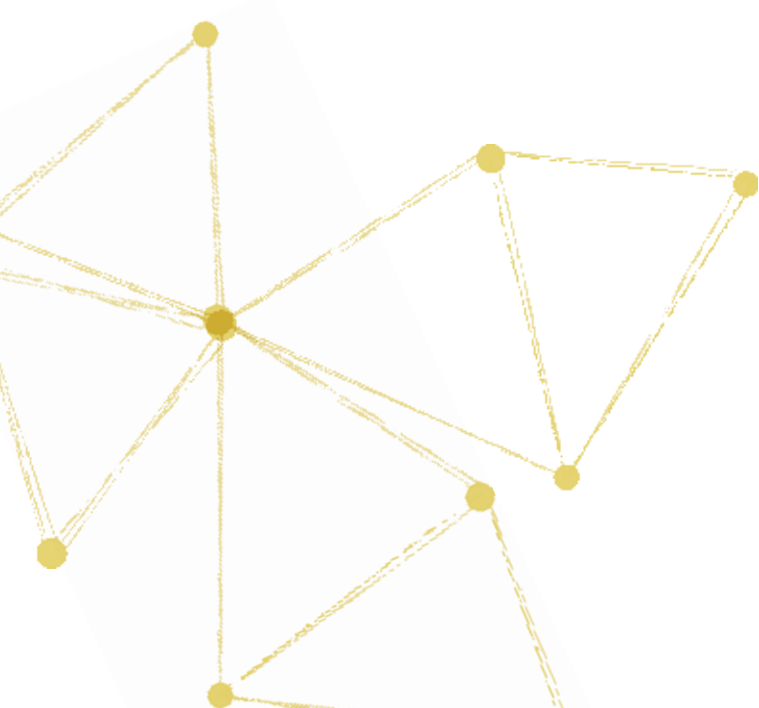
A APRENDIZAGEM: CIRCULAÇÃO E EXPLORAÇÃO, EXPERIMENTAÇÃO E PRODUÇÃO SÃO PROCESSOS INDISSOCIÁVEIS

Processos formativos de juventudes devem considerar três fortes características associadas à juventude e aos modos pelo quais os jovens constroem conhecimento: o espírito exploratório (“ver como é”) a motivação para empreender descobertas (“ver como se faz”) e a disposição para produzir e inventar (“fazer e aprender a fazer”).

Ao vivenciarem situações de exploração, experimentação e produção em diferentes territórios das cidades (artes, ciências e tecnologias, trabalho, esportes, lazer etc.) os jovens poderão ver modificados seus modos de pensar, dizer, agir e se relacionar, podendo provocar referências culturais e habituais distintas, estimular novos pontos de vistas, produzir transformações nas suas subjetividades e, principalmente, ampliar e enriquecer perspectivas de futuro e desencadear projetos pessoais e sociais.

Multiplicidade cultural é conteúdo para a formação dos jovens.

Programas de formação voltados à juventude urbana devem aproveitar o potencial das cidades, convidando os jovens a experimentar eventos formativos em diferentes espaços da cidade onde vivem, promovendo o envolvimento direto das juventudes com seus espaços e formas de composição: arquiteturas, sistemas produtivos (mundo do trabalho e tecnologias) produções artísticas, modos de vida de grupos sociais, etc.



Alternativa sustentável para expandir horizontes de trabalho dos jovens

A educação de qualidade articulada ao acesso a conhecimentos tecnocientíficos e ao contato com diferentes possibilidades de trajetórias laborais e profissionais.

Uma formação das juventudes desse tempo deverá instalar-se nos próprios jogos de fluxos contemporâneos ali onde eles acontecem, no solo das cidades, nos espaços construídos, nas indústrias, nas ruas, nos comércios, nos espaços de artes. Focar formação profissional das juventudes na cidade significa uma abertura direta para o desenvolvimento das práticas sociais de trabalho e a promoção de encontros ativos com as populações e produções desse campo social (empresários, trabalhadores de todos os tipos, maquinários, técnicas, tecnologias etc.).

Sobre os jogos e fluxos contemporâneos:

[...] as significativas mudanças ocorridas no ambiente produtivo urbano, em especial, das forças produtivas em função das invenções técnicas e da globalização dos mercados põem em funcionamento alterações radicais nos sistemas de empregos contemporâneos, além de projetarem socialmente toda uma série de exigências formativas de difícil tangenciamento e regulação institucional, pois o capitalismo recente tem no princípio de fluxos, a condição de seu próprio exercício. Assim, sistemas de trabalho, de emprego e de formação profissional passam "a carecer de rumo predeterminável, adquirindo um sentido algo caótico, com intensas transições entre situações ocupacionais, já que as trajetórias profissionais não são mais previsíveis a partir de mecanismos de regulação socialmente institucionalizados" (Caderno Cenpec, Juventudes Urbanas).

Assumimos, com essa crença, que mesmo não profissionalizantes, ações formativas que pretendem expandir e enriquecer repertórios sócio culturais podem impactar positivamente a vida dos jovens, inclusive nas trajetórias de trabalho que poderão desempenhar ao longo de suas vidas.



VALORIZAÇÃO DAS DIFERENÇAS E DAS POTENCIALIDADES IMANENTES À VIDA JUVENIL

Ativam processos de formação política e de construção coletiva de conhecimentos sobre as realidades locais.

Pela sua condição precária e com alto grau de vulnerabilidades sociais, muitas regiões da cidade de São Paulo e Rio de Janeiro, e de outras metrópoles do Brasil são vistas como territórios de alto risco e intensa violência urbana.

No senso comum, essas áreas são vistas apenas como lugares da pobreza, da moradia popular, da falta de empregos, das demandas por creches, escolas, hospitais, áreas de lazer, equipamentos culturais, dentre outros serviços urbanos.

Essas avaliações sobre esses lugares da periferia paulistana são verdadeiras. Entretanto, em meio a essa precariedade territorial, vulnerabilidade social e riscos ambientais, milhões de pessoas vivem nesses lugares. Trata-se de uma multidão metropolitana. Essas pessoas constroem relações sociais, definem sociabilidades, entrelaçam solidariedades, organizam coletividades envolvidas em lutas políticas, reivindicam melhores condições de vida, articulam e transformam lugares, constroem histórias e fazem geografias. Essa realidade dinâmica, constantemente atravessada por forças coletivas intensas, indica as potencialidades dessas pessoas nesses lugares.

Portanto, os territórios de risco, de alta vulnerabilidade e de profundas exclusões sociais da imensa periferia da metrópole paulistana, não são somente fragilidades, carências, pontos fracos. São também pontos fortes existentes e resistentes capazes de desenvolver processos altamente inteligentes e com grande ressonância criativa.



Assim, ao optar em trabalhar com ONGs locais o Programa Jovens Urbanos afirma a necessidade de investimentos nos distritos, nas comunidades, e reconhece como estratégica a ação desses atores em suas localidades como executores de políticas públicas, agenciadores de recursos privados para implementação de ações no campo da saúde, da educação, da proteção social, na luta pela garantia e respeito aos direitos das crianças, dos adolescentes, na vocalização de demandas e necessidades específicas dessas localidades. Afinal, sem o trabalho das organizações locais, na figura das lideranças e atores que as representam nos fóruns da cidade, muitas dessas comunidades estariam ainda mais condenadas ao gueto e ao esquecimento.

A idéia é afirmar que as pessoas e seus territórios são dotados de singularidades, funcionam seguindo “leis” próprias, produzindo dinâmicas culturais e econômicas peculiares. Mapear e respeitar essas diferenças presentes em cada contexto social é papel de todos aqueles que propõem interferir na vida e nos lugares nos quais milhares de pessoas vivem. Qualquer política pública ou programa social de intervenção não pode se colocar numa posição de legislador absoluto ou de vanguarda esclarecida.

O ponto de partida do trabalho com as pessoas e os territórios deve ser aquilo que eles podem - suas potências - e não daquilo que não têm ou não podem - suas carências, deficiências. À medida que trabalhamos com aquilo que temos e que podemos nos fortalecemos para enfrentar os problemas e criamos novos canais de produção e de luta por uma vida mais digna, com mais qualidade, mais igualdade. Todos são personagens fundamentais na construção de conhecimentos sobre suas realidades. É preciso multiplicar as vozes.

Dessa forma, a aposta está nas capacidades de todos e cada um em decidir, escolher e produzir os rumos de suas vidas.



A PROPOSTA DO PROGRAMA JOVENS URBANOS



O programa propõe uma intervenção cujas estratégias não reafirmem identidades socialmente negativas associadas aos jovens - o desempregado, o usuário de droga, o violento, os jovens “de rua” etc. –, mas sim a construção e afirmação de novas identidades socioculturais juvenis desmobilizando aquelas que lhes são conferidas pelas condições de vida, pois as subjetividades podem ser alteradas nas interações sociais por se produzirem nas relações. Assim, os índices de vulnerabilidade social das cidades são informações de partida para selecionar as regiões a serem trabalhadas, no entanto, não estarão figuradas no processo formativo como marcas negativas dos jovens.

O Programa Jovens Urbanos busca criar as condições institucionais, articulando recursos educacionais, tecnológicos e financeiros que viabilizam a emergência da expressão juvenil em duas dimensões: pessoal e coletiva. As diversas formas de expressão são valorizadas e apoiadas na perspectiva de desenvolver capacidade de reflexão e intervenção dos jovens no meio em que vivem.

Sendo assim, a proposta formativa reconhece os jovens como responsáveis por suas escolhas e com direito de apreender a dinâmica e expectativas do Programa Jovens Urbanos, integrando-se ativamente no percurso do mesmo. Assim, o programa dispara nessa escolha a função política da juventude requisitando dos jovens suas capacidades de contribuição e avaliação frente ao que vivem e no que se engajam.

O objetivo central do Programa Jovens Urbanos é expandir o repertório sociocultural de jovens expostos a múltiplos vetores de risco e vulnerabilidade, de modo a expandir e qualificar as perspectivas de acesso ao mundo do trabalho.

Para isso investe primordialmente na ampliação da circulação e da apropriação na cidade, estimula e promove ações de produção juvenil e contribui para a permanência, a reinserção ao sistema escolar e para vinculação em novos processos formativos.

O programa dispõe de duas ações estratégicas para garantir a consecução de seu objetivo:



A vulnerabilidade social é tratada aqui como o resultado negativo da relação entre a disponibilidade dos recursos materiais ou simbólicos dos atores, sejam eles indivíduos ou grupos, e o acesso à estrutura de oportunidades sociais, econômicas, culturais que provêm do Estado, do mercado e da sociedade. Esse resultado se traduz em debilidades ou desvantagens para o desempenho e mobilidade social dos atores. Alguns exemplos desses recursos são: o capital financeiro, o capital humano, a experiência de trabalho, o nível educacional, a composição e os recursos familiares, o capital social, a participação em redes e o capital físico. (VIGNOLI, J.R. FILGUEIRA, C. H. CEPAL, 2001).

[...] A vulnerabilidade social traduz a situação em que o conjunto de características, recursos e habilidades inerentes a um grupo social se revelam insuficientes, inadequados ou difíceis para lidar com o sistema de oportunidades, oferecidos pela sociedade, de forma a ascender a maiores níveis de bem-estar ou diminuir probabilidades de deterioração das condições de vida de determinados atores sociais. Esta situação pode manifestar em um plano estrutural, por uma elevada propensão à mobilização descendente desses atores e, no plano mais subjetivo, pelo desenvolvimento dos sentimentos de incerteza e insegurança entre eles. (ABRAMOVAY, 2002).



JUVENTUDES E CULTURAS URBANAS

Mergulhar na multiplicidade cultural presente na cidade implica em abrir-se à diferença, mergulhar no estranho e refletir sobre os sentidos e percepções. As experiências novas e múltiplas podem provocar os modos de pensar, dizer, agir e se relacionar. Podem provocar diferentes referências culturais e habituais, estimular novos pontos de vista, produzir transformações em aspectos subjetivos do jovem e, principalmente, desencadear projetos criativos.



JUVENTUDES E MUNDO DO TRABALHO

Oferecer diferentes possibilidades para a trajetória no mundo do trabalho amplia as possibilidades de caminhos e escolhas. Reside nesse princípio o investimento do programa nas estratégias de exploração, experimentação e produção. Trata-se de ampliar o entendimento dos jovens sobre característica do mercado de trabalho atual, seus modos de funcionamento, atividades e contexto histórico e econômico. E também de mobilizar conhecimentos sobre as diferentes atividades que poderão desempenhar e se aprofundar no futuro.



JUVENTUDES E TECNOLOGIAS CONTEMPORÂNEAS

Aproximar o jovem de aspectos do conhecimento humano e de produtos tecnológicos dá a ele a condições e poder para colocar as tecnologias presentes na cidade a serviço da elaboração e concretização de projetos capazes de mudar a realidade ao seu redor. Esse tema é concebido como ferramenta para qualificar o cotidiano dos participantes.



FORMAÇÃO DOS JOVENS E DAS ONGS

O direito à cidade é a principal referência de formação do Programa Jovens Urbanos. O programa aposta que a ampliação de experiências de circulação e apropriação da cidade por jovens que concentram suas vidas nos locais onde residem, atua na diversificação de seus campos relacionais e repertórios culturais e afasta jovens em situação de vulnerabilidade do confinamento social e intelectual a que muitas vezes estão subordinados.

Além disso, ao entrarem em contato com a multiplicidade cultural em ação nas cidades e com diferentes modos de vida (além dos seus próprios), os jovens ampliam suas capacidades de pensar e agir sobre si mesmos e na cidade. Por outro lado, imersões em aspectos e questões urbanas contemporâneas sustentam novos desempenhos juvenis, em especial no mundo do trabalho e nos territórios onde mantêm vínculos.

No Programa, o direito à cidade se compõe com três temas principais: juventudes e culturas urbanas, juventudes e tecnologias contemporâneas e juventudes e o mundo do trabalho. Desse conjunto derivam escolhas metodológicas e todo o conteúdo de formação do Programa Jovens Urbanos

As ações de formação dos jovens são realizadas por assessores contratados, por parceiros e pelos educadores e coordenadores que compõem a ONG local. Cabe aos assessores, parceiros e ONGs produzirem condições de aprendizagem qualificadas e pertinentes às propostas e resultados almejados pelo Programa Jovens Urbanos.

Assim, para sustentar as atividades e produtos indicados, a equipe de coordenação técnica implementa um conjunto de ações de formação para as ONGs nas quais são socializados conteúdos relativos à gestão de projetos com juventude, bem como repertórios técnicos (as metodologias desenvolvidas pelo programa) para a realização de ações formativas com os jovens.

RELAÇÕES E REDES INSTITUCIONAIS

As redes institucionais são arranjos socioinstitucionais que se formam nos âmbitos municipais e locais de execução da formação e de produção juvenis, nos diferentes tempos do programa: antes, durante e após o término do seu ciclo, visando criar condições para sua realização e assegurar sua sustentabilidade institucional e financeira.

Para o Programa Jovens Urbanos é vital a percepção das ações sociais em uma dimensão de rede, na qual poder público, entidades locais, comunidades, população e entidades de reconhecida expertise social e técnica agem articulados.

Quanto mais ampla e múltipla esta rede, maiores são as possibilidades de sucesso, ou seja, de novas experiências transformadoras da realidade do jovem. As empresas e instituições parceiras compartilham espaços e recursos. A soma de esforços ganha dimensão pelo seu efeito multiplicador.

Os parceiros na rede são chamados a participar de encontros sobre a juventude, questão prioritária hoje na pauta de todos os que se preocupam com o desenvolvimento socioeconômico do País. Os formadores da rede participam igualmente da gestão e da discussão sobre metodologias e práticas. Estas são aplicadas pelas ONGs de cada território.

Por seu caráter de composição, é vital que cada integrante da rede tenha a visão do outro, e que a articulação esteja aberta para ouvir e reconhecer os parceiros, reconhecendo suas potencialidades e possibilidades de compor com as propostas do programa. Trata-se de compor para multiplicar idéias, projetos e esforços.

Igualmente fundamental é a perspectiva da sustentação da parceria. Criar situações nas quais o parceiro possa perceber seu trabalho acompanhado e reconhecido permite fortalecer a rede e abrir novas possibilidades, constituindo ações para muito além do programa inicial.

Esse movimento de aproximação e composição com novos parceiros se desenvolve dentro dos princípios do programa, com a preocupação em reconhecer o jovem, a cidade e as tecnologias como foco da ação. As relações de parceria entre as organizações, embora reconhecidamente vitais, são subsidiárias à ação maior de um programa integrado de formação dos jovens urbanos.

A constituição das redes institucionais no Programa Jovens Urbanos ocorre em três planos seqüenciais ou concomitantes:

O primeiro plano diz respeito ao âmbito municipal sendo este o ponto de partida da execução. Busca-se contatar, informar, articular e integrar instituições de governo e instituições privadas que podem responder institucionalmente pela promoção do programa na cidade por meio de decisões políticas, celebração de convênios e contratos de cooperação, aporte de investimentos, execução, acompanhamento e avaliação das ações formativas com os jovens. Neste plano estão instituições como secretarias municipais do trabalho, ONGs, empresas de investimentos, conselhos, associações ou outras organizações e movimentos sociais envolvidos com a questão da juventude.

O segundo plano ocorre durante o desenvolvimento das ações de formação e de produção juvenis. Diz respeito à rede de parceiros tecnológicos de diferentes áreas sociais que disponibilizam locais, recursos humanos e tecnologias próprios para realização de explorações e experimentações dos grupos jovens.

O terceiro plano diz respeito à construção de rede local fortalecida, formada pelos setores públicos, privados, terceiro setor, grupos organizados da sociedade civil, com vistas a criar oportunidades de formação, inserção no mercado de trabalho e outras ações que respondam às necessidades e demandas dos jovens. Neste plano, a participação das ONGs executoras é fundamental, pois se configuram como referências nas localidades e como as principais mediadoras entre o programa e a comunidade, apoiando no mapeamento, contatos, execução dos procedimentos técnicos de parceria e monitoramento e no fortalecimento das parcerias.



COOPERAÇÃO TÉCNICO-FINANCEIRA

- ICE – Instituto de Cidadania Empresarial

PARCERIAS INSTITUCIONAIS

- Instituto Brasileiro de Estudos e Apoios Comunitários - IBEAC
- Instituto Sou da Paz
- Secretaria Estadual da Assistência e Desenvolvimento Social - SEADS
- Secretaria Municipal da Assistência Social – SMADS
- Secretaria Municipal de Educação/ CEUs da Cidade de São Paulo – SME
- Secretaria Municipal do Trabalho da Cidade de São Paulo – SMT
- Subprefeitura Campo Limpo
- Subprefeitura Capela do Socorro
- Subprefeitura Freguesia do Ó/ Brasilândia
- Subprefeitura Guaianases

PARCERIAS EXECUTIVAS

- Canal Futura
- Fundação Oswaldo Cruz - FIOCRUZ
- Secretaria Municipal de Assistência Social do Rio de Janeiro – PCRJ-RJ

REDE DE APOIO

- Cursinho da Poli
- ESPRO
- Universidade Federal do Rio de Janeiro – PACC

PARCERIAS TECNOLÓGICAS

- Canal Futura
- Centro de Criação de Imagem Popular -CECIP
- Centro Universitário Maria Antônia/ USP
- Cidade Escola Aprendiz
- Conselho das Instituições de Ensino Superior da Zona Oeste – CIEZO
- Centro de Preservação Cultural/ USP - CPC
- Embrapa – Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária
- Escola da Cidade
- Fundação Oswaldo Cruz - FIOCRUZ
- Fundação Padre Anchieta - Rede Cultura de Televisão
- Instituto Criar
- Instituto Tomie Ohtake
- Instituto Socioambiental - ISA
- Nós do Morro
- Observatório de Favelas
- SABESP
- Sec. Municipal do Verde e do Meio Ambiente
- Secretaria Municipal de Esporte e Lazer
- Spectaculo
- TVE / Rádio MEC

ASSESSORES TECNOLÓGICOS

- Alexandre Perocca
- Andrea Soares
- Associação Novolhar
- Biba Rigo
- BR3
- Caminhos e Paisagens

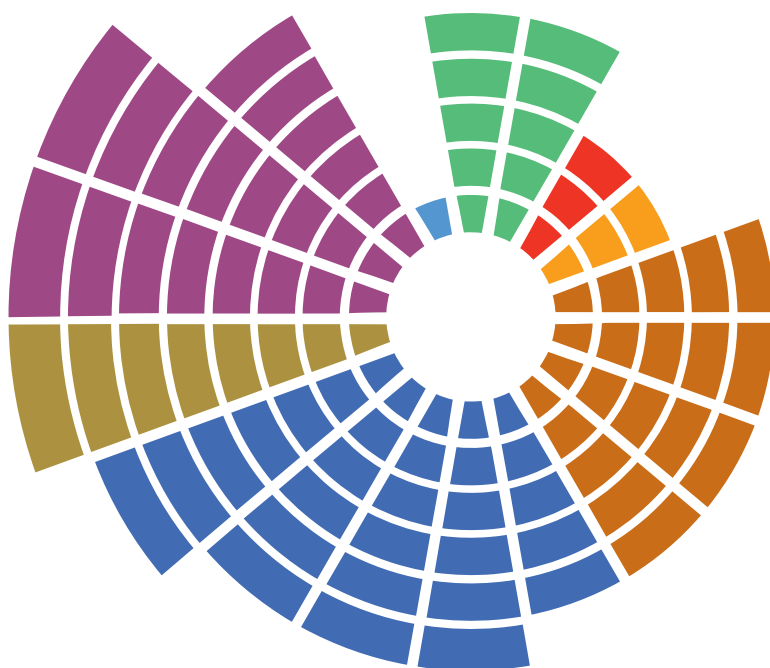
- Carla Tennenbaum
- Carlos Souza
- Carolina Nakagawa
- César Negro
- Clarice Cara
- Conrado Augusto
- Diego Itu
- Diogo Noventa
- Espaço Coringa
- Faoza
- Ivy Silva
- José Machado
- Lali Krotoszynski
- Marcio Greyk
- Marisa Martins
- Meta Ambiental
- Midiativa
- Nizinga
- Paula Autran
- Paulo Urso
- Sociedade do Sol
- Tião Soares
- Tomás Bastian de Souza
- Waldir Hernandes

ONGS EXECUTORAS – RJ

- União Ativista Defensora do Meio Ambiente – UADEMA
- Ação Comunitária de Apoio Psicossocial – ACAPS
- Assistência a Família Saúde e Cidadania
- Associação Ação Alternativa
- Centro de Apoio ao Movimento Popular da Zona Oeste – Campo
- Conselho das Instituições de Ensino Superior da Zona Oeste – CIEZO
- Instituição de Caridade e Integração Social São Cipriano
- Rede de Empreendimentos Sociais para o Desenvolvimento Socialmente Justo, Democrático, Integrado e Sustentável – Rede CCAP - Casa Viva de Manguinhos

ONGS EXECUTORAS – SP

- Ação Comunitária Todos os Irmãos
- Ação Social Comunitária do Lajeado Joilson de Jesus - Casa dos Meninos
- Associação Beneficente Provisão - ACB
- Associação Cantareira
- Associação Comunitária Monte Azul
- Associação Cultural e Desportiva Bandeirantes
- Associação de Moradores Jd. Rosana
- Associação de Moradores Vale Verde
- Associação de Voluntários Integrados no Brasil – AVIB
- Comunidade Kolping São Francisco de Guaianases
- Comunidade Nova Civilização
- Creche Nova Esperança Amigos de Pianoro
- Instituto Paulista de Juventude
- Plugados na Educação
- Projeto Anchieta
- Projeto Arrastão – Movimento de Promoção Humana
- Projeto Casulo
- Projeto de Vento em Popa
- Serviço Social Bom Jesus
- Sociedade Comunitária do Jardim Monte Verde
- Turma de Touca
- União dos Moradores da Comunidade Sete de Setembro





Procedimentos de sustentabilidade

A prática comprova a impossibilidade de formatos rígidos de cooperação na relação de parcerias. A partir das experiências de constituição e disseminação de parcerias, o Programa Jovens Urbanos definiu alguns procedimentos fundamentais da sua política de relações e redes institucionais:

- Mapeamento prévio do contexto institucional da área a ser atendida: identificação por meio de documentos, análises de contexto, informantes e outras fontes da situação institucional de potenciais parceiros para que os mesmos sejam identificados e procurados;
- Prospecção de parcerias: visitas a potenciais parceiros para a verificação da efetiva viabilidade da cooperação. Neste procedimento busca-se também o atendimento às demandas tecnológicas a serem supridas para a formação dos jovens;
- Negociação das condições da parceria: interlocução intensa e por meio de diversas ações com cada parceiro para o desenho do modelo ideal de cooperação para ambos os lados. Nesse desenho, o programa estabelece condições mínimas, mas não define de forma rígida e exclusiva as formas como esta parceria se estabelece;
- Formalização da parceria: assinatura de Termos de Cooperação Técnica que contenham em anexo o plano de trabalho e sejam formalizados na presença dos parceiros;
- Definição de planos e procedimentos técnicos de acompanhamento do trabalho realizado com os jovens, incluindo a criação de um conselho de acompanhamento.

O Programa Jovens Urbanos entende que trabalho realizado em parceria com ONGs contribui para o fortalecimento institucional das organizações locais em seu trabalho com a juventude. Sustentando esta escolha está a hipótese de que se as ONGs das localidades selecionadas articularem e integrarem recursos com as esferas públicas e privadas do município, poderão construir o suporte institucional e político necessário para que os jovens tenham acesso a direitos sociais básicos, como por exemplo, escolarização, cultura, saúde e lazer e realizem experiências de produção e participação juvenil.

Por isso, o programa investe – valendo-se da idéia de ação em rede, reconhecendo a importância e o valor do trabalho desenvolvido pelas instituições locais bem como suas possibilidades e limites – na disseminação contínua das metodologias de trabalho com a juventude e no fortalecimento institucional das ONGs capacitando as organizações locais nas dimensões de gestão (gerenciamento, monitoramento, políticas de parceria) e na dimensão técnica (fundamentos e metodologias para formação de jovens).



Governança e gerenciamento

No mundo das empresas privadas, organizações que avançam com mecanismos de transparência nas suas contas agregam valor à sua marca e ao seu produto. No terceiro setor, a transparência também é valorizada, garantindo a preservação dos valores e a clareza dos propósitos.

Como garantia de sustentabilidade, a gestão do programa adota os preceitos da governança corporativa, método de gestão voltado para a administração que permite o equilíbrio de forças entre os administradores e os membros do conselho de uma empresa, fundação ou instituto. A governança assim desenhada garante não apenas transparência, mas um fluxo de informação, negociação e consensos que se expressam em diretrizes de gestão das ações, produtos e resultados perseguidos. Neste modelo a governança garante legitimidade e forte coesão na condução do programa.

No Programa Jovens Urbanos a governança inclui um comitê gestor, formado por representantes da Fundação Itaú Social, Cenpec e coordenação do programa. O comitê reúne-se periodicamente para discutir, avaliar e validar o programa do ponto de vista da sua gestão e gerenciamento. Promove o fluxo de informações e conjuga esforços para alcançar os resultados propostos.

O Conselho de acompanhamento, por sua vez, configura-se como uma instância de monitoramento, consulta e avaliação para todos os segmentos do programa, garantindo voz aos diferentes participantes do programa e servindo como instrumento de gestão para orientações técnicas e políticas. Dele participam representantes da Fundação Itaú Social, do Cenpec, representantes das ONGs e dos jovens e alguns parceiros.

O comitê executivo delibera sobre a execução do programa, obtém informações estratégicas sobre o seu desenvolvimento, garante a comunicação direta com as ONGs e, principalmente, dá transparência aos procedimentos técnicos e financeiros, em reuniões periódicas com os coordenadores e dirigentes das ONGs parceiras.

A constituição de um conselho local cria oportunidade para que instituições e atores locais se mobilizem para a discussão de temas referentes à situação da juventude.



legitimes da promoção de revitalização das F

...o grupo de jovens de...
...do ponto de vista...
...de gestão e...
...de informações e...
...de esforços para...
...de resultados.



...de reuniões...
...de representantes da...
...de Fundação Itaú Social, do...
...de Cenpec, e do Programa...
...de Jovens Urbanos.

COMITÊ GESTOR

Discutir, avaliar e validar o Programa do ponto de vista da sua gestão e gerenciamento, promover o fluxo de informações e conjugar esforços para alcançar resultados.

Realização de reuniões periódicas com representantes da Fundação Itaú Social, do Cenpec, e do Programa Jovens Urbanos.

CONSELHO DE ACOMPANHAMENTO

Ser uma instância de monitoramento, consulta e avaliação para todos os segmentos do Programa, garantindo voz aos diferentes participantes do Programa Jovens Urbanos e servindo como instrumento de gestão, tanto para orientações técnicas e políticas.

Realização de encontros com a participação de representantes da instituição financiadora, da coordenação técnica, das ONGs, dos parceiros e dos jovens.

COMITÊ EXECUTIVO

Deliberar sobre a execução do Programa Jovens Urbanos; obter informações estratégicas sobre o desenvolvimento do programa; garantir uma comunicação direta com as ONGs e, principalmente, dar transparência aos procedimentos técnicos e financeiros do Programa

Reuniões periódicas com os coordenadores e dirigentes das ONGs.

CONSELHO LOCAL

Fortalecer ações desenvolvidas com juventude nos distritos atendidos.

Propiciar que as diversas instituições e atores locais se mobilizem para a discussão de temas referentes à juventude urbana.

Criar oportunidades de formação, inserção no mercado de trabalho, dentre outras ações que respondam às necessidades e demandas dos jovens.

Inclusão de estratégias de interlocução na agenda do Programa Jovens Urbanos nas regiões; garantia de adesão de jovens e de outros atores locais (e/ou instituições públicas, privadas, Terceiro Setor, grupos organizados da sociedade civil) com capacidade e interesse de mobilização e participação.

As Favelas da Bica e Morro do Piolho mobilizam a população



